

Cultura e Saúde: uma reflexão da campanha antivariólica e movimentos anti-vacina

RESUMO

Trata-se de um estudo reflexivo a partir de artigos científicos de revistas brasileiras de Enfermagem, com a finalidade de analisar e descrever a campanha antivariólica, a revolta da vacina e os movimentos atuais para a vacinação. A imunização é uma prática de saúde pública que vem sendo realizada há séculos no mundo, e ao pensar no contexto histórico-político do país e no contexto atual, percebe-se que ainda há interpretações que são reproduzidas de diversas maneiras nas práticas que levaram a Revolta da Vacina antigamente. A medida que os epidemiologistas foram se desenvolvendo e se mostraram mais focados na quantificação dos riscos à saúde e também no perfil das doenças transmissíveis, há uma reformulação da cultura da saúde. Sendo assim, movimentos sociais e a organização da sociedade provocam uma mudança cultural das políticas de saúde reformulando ideias, condutas e intervenções para melhor atender a sociedade.

DESCRITORES: Cultura; Saúde; Vacinas.

ABSTRACT

This is a reflexive study based on scientific articles from Brazilian nursing journals, with the purpose of analyzing and describing the smallpox campaign, the vaccine revolt and the current movements for vaccination. Immunization is a public health practice that has been carried out for centuries in the world, and when thinking about the historical-political context of the country and the current context, it is noticed that there are still interpretations that are reproduced in different ways in the practices that led to the Revolt of the vaccine before. As epidemiologists developed and became more focused on the quantification of health risks and on the profile of communicable diseases, there is a reformulation of the health culture. Thus, social movements and the organization of society provoke a cultural change in health policies by reformulating ideas, behaviors and interventions to better serve society.

DESCRIPTORS: Culture; Health; Vaccines.

RESUMEN

Se trata de un estudio reflexivo a partir de artículos científicos de revistas brasileñas de Enfermería, con la finalidad de analizar y describir la campaña antivariólica, la revuelta de la vacuna y los movimientos actuales para la vacunación. La inmunización es una práctica de salud pública que se viene realizando desde hace siglos en el mundo, y al pensar en el contexto histórico-político del país y en el contexto actual, se percibe que todavía hay interpretaciones que se reproducen de diversas maneras en las prácticas que llevaron a la práctica Revolta de la vacuna. A medida que los epidemios se desarrollaron y se mostraron más enfocados en la cuantificación de los riesgos para la salud y también en el perfil de las enfermedades transmisibles, hay una reformulación de la cultura de la salud. Siendo así, movimientos sociales y la organización de la sociedad provoca un cambio cultural de las políticas de salud reformulando ideas, conductas e intervenciones para atender mejor a la sociedad.

DESCRIPTORES: Cultura; Salud; Vacunas.

Eliza Aguiar de Almeida

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Enfermagem da UERJ. Professora Substituta UFF. Enfermeira pela UFF.

Mercedes Neto

Professora do Departamento de Saúde Pública da FAENF-UERJ. Doutora em Ciências pela UNIRIO, Mestre em Ciências pela UNIRIO, Enfermeira pela UNIRIO.

Camilly de Oliveira Novaes

Acadêmica de Enfermagem da FAENF-UERJ. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC. Monitora da Sub-área Bioquímica e Farmacologia.

Fernando Porto

Professor Adjunto do Departamento Materno-Infantil da UNIRIO. Phd em Ciências da Saúde pela USP. Doutor em Enfermagem pela UFRJ. Mestre em enfermagem pela UNIRIO. Bacharel em História pela UCAM.

Sonia Acioli

Professora Associada do Departamento de Saúde Pública da FAENF-UERJ. Phd em Enfermagem pela Universidade de Coimbra. Doutora em Saúde Coletiva pela UERJ. Mestre em Ciências da Saúde pela FIOCRUZ. Enfermeira pela PUC-Rio.

Ricardo de Mattos Russo Rafael

Professor do Departamento de Saúde Pública da FAENF-UERJ. Phd em Ciências da Saúde pela UNIRIO. Doutor em Ciências Médicas pela UERJ. Mestre em Saúde da Família pela UNESA. Enfermeiro pela UNIG.

INTRODUÇÃO

A saúde pública em seu contexto histórico tem realizado estratégias de planejamento de intervenções, enquanto a antropologia tem histórico, tão longo quanto, de não intervenção intencional. Isto porque a disciplina de antropologia assume que as diferenças entre culturas são fenômenos que devem ser mais explicados e menos modificados. O conceito de cultura reconhece, define o que é a condição humana e fundamenta a maneira como os antropólogos buscam entender o comportamento dos seres humanos e diversas sociedades⁽¹⁾.

O processo saúde-doença também pode ser compreendido pela perspectiva antropológica e, para isso, é necessário diferenciar cultura de natureza. Lévi-Strauss⁽²⁾ aponta que para estudar e compreender cultura, é necessário que haja um diálogo com o conceito de natureza, quando diz que: “O homem é um ser biológico ao mesmo tempo que um indivíduo social. Entre as respostas que dá às excitações exteriores ou interiores, algumas dependem inteiramente de sua natureza. Outras de sua condição.”

A constância e a regularidade existem tanto na natureza, quanto na cultura, mais fortemente na primeira. Aquilo que é constante em todos os homens escapa ao domínio dos costumes. Tudo que é universal no homem depende da ordem da natureza e é caracterizado pela espontaneidade^(1,2). Percebe-se que a cultura também influencia a saúde e a formação de padrão de doença, isto porque está intimamente relacionada aos tipos de decisões individuais e padrões de comportamento de uma determinada sociedade. O meio em que vivemos, ambiente de trabalho, formas de alimentação, atividades realizadas,

Lévi-Strauss⁽²⁾ aponta que para estudar e compreender cultura, é necessário que haja um diálogo com o conceito de natureza, quando diz que: “O homem é um ser biológico ao mesmo tempo que um indivíduo social. Entre as respostas que dá às excitações exteriores ou interiores, algumas dependem inteiramente de sua natureza. Outras de sua condição.”

em combinação com os comportamentos aprendidos, como mal-entendidos, mentiras e conhecimentos, a forma como nos adaptamos e nos ajustamos ao ambiente e

as maneiras de sentir e acreditar em algo, tudo isto influencia a suscetibilidade de uma população a doenças. Corpos e patógenos são determinados não apenas por ações físicas, mas também por crenças sobre o que é importante⁽³⁾.

A presente reflexão objetivou salientar as contribuições da antropologia para a produção social e psicossocial da saúde e da enfermagem, ressaltando o conceito de cultura e suas interfaces com a saúde, sobretudo na perspectiva da história da vacina. Para nortear este estudo, foi definida como pergunta norteadora: Qual a relação da cultura da campanha antivariólica e os movimentos anti-vacinas?

Esta temática foi escolhida por se ter relação direta ao objeto de estudo do projeto de pesquisa em desenvolvimento em defesa do título de mestre da autora.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo reflexivo a partir de artigos científicos de revistas brasileiras de Enfermagem, com a finalidade de melhor analisar e descrever o tema em questão. Esta pesquisa aconteceu entre os meses de junho e julho de 2018 como produto da disciplina obrigatória de Produção Social e Psicossocial da Saúde e da Enfermagem, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que teve a finalidade de refletir, com os textos de autores propostos em sala de aula, balizados a Antropologia, Sociologia, Psicologia Social e Filosofia, articulação teórica com o objeto de pesquisa do aluno em Curso de Mestrado e Doutorado.

Para este trabalho de reflexão, os teóricos trabalharam os conceitos de Cultura que emergem da Antropologia. A construção se deu pela reflexão do comportamen-

to humano ao longo da história na prevenção de doenças transmissíveis, desde a campanha antivariólica e revolta da vacina aos dias atuais.

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados no vocábulo inglês *Culture*, que "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade". Esta definição abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos⁽⁴⁾.

O conceito de Cultura, pelo menos como utilizado atualmente, foi, portanto, definido pela primeira vez por Tylor. Mas o que ele fez foi formalizar uma ideia que vinha crescendo na mente humana. A ideia de cultura, com efeito, estava ganhando consistência talvez mesmo antes de John Locke que, em 1690, ao escrever *Ensaio acerca do entendimento humano*, procurou demonstrar que a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento através de um processo que hoje chamamos de endoculturação. Locke refutou fortemente as ideias correntes na época de princípios ou verdades inatas impressos hereditariamente na mente humana, ao mesmo tempo em que ensaiou os primeiros passos do relativismo cultural ao afirmar que os homens têm princípios práticos opostos, ou seja, nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento^(4,5).

No período que decorreu entre Tylor e a afirmação de Kroeber, em 1950, o monumento teórico que se destacava pela sua

Locke refutou fortemente as ideias correntes na época de princípios ou verdades inatas impressos hereditariamente na mente humana, ao mesmo tempo em que ensaiou os primeiros passos do relativismo cultural ao afirmar que os homens têm princípios práticos opostos, ou seja, nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento^(4,5).

excessiva simplicidade, construído a partir de uma visão da natureza humana, elaborada no período iluminista, foi destruído pelas tentativas posteriores de clarificação do conceito. A reconstrução deste momento conceitual, a partir de uma diversidade de fragmentos teóricos, é uma das tarefas primordiais da antropologia moderna. Sendo assim, a primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico, como vimos, pertence a Edward Tylor, no primeiro parágrafo de seu livro *Primitive Culture*. Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução^(4,6).

Ao longo dos anos, diversos outros teóricos vêm estabelecendo tentativas de noções e conceitos desdobrados de leituras destes teóricos, que propulsionaram a Antropologia, e que deixam gravitar perguntas até os dias atuais. As preocupações dos estudiosos com relação à cultura referem-se a sua origem e como o homem adquiriu este processo extra-somático que o diferenciou de todos os animais e lhe deu um lugar privilegiado na vida terrestre. Uma resposta simplificada da questão seria a de que o homem adquiriu, ou melhor, produziu cultura a partir do momento em que seu cérebro, modificado pelo processo evolutivo dos primatas, foi capaz de assim proceder.

Não resta dúvida que a discussão de cultura na saúde é pertinente no que tange às ações que implicam prevenir riscos e promover saúde. E quando se trata de prevenção, a intervenção acontece nos costumes das pessoas, nas mudanças de rotina, ou seja, na Cultura.

DISCUSSÃO

A imunização é uma prática de saúde pública que vem sendo realizada há séculos no mundo. No Brasil, foi consagrada como direito pela redemocratização do país a partir de 1985, mas não advém desse contexto es-

pecífico. A imunização como cultura também transborda estes limites explicativos de contextos históricos ou unicausalidades. A vacina/vacinação vieram como tecnologias de incorporação de territórios e populações ao país, de promoção da cidadania biomédica e da regulação da interdependência sanitária. Também dizem respeito a poder, desigualdade, inclusão, controle, direitos civis, políticos e sociais⁽⁷⁾.

Um marco importante na história da vacina no Brasil é a erradicação da varíola no país, que não se inicia e nem se esgota com a criação da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) em agosto de 1966 e a certificação internacional de erradicação obtida em agosto de 1973. A história da vacinação antivariolosa no Brasil inicia-se no século XIX, a doença esteve no topo da agenda sanitária do país por longos anos. Outras doenças começaram a se destacar durante o decorrer dos anos, como febre amarela e malária, que logo foram controladas, porém, a varíola não; em relação a ela foi produzida uma espécie de convivência social e dificuldades no diagnóstico específico da doença⁽⁸⁾.

Com o avançar do número de casos da varíola no país, Oswaldo Cruz lançou um projeto-lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação e revacinação em todo o país, que nunca tinham sido cumpridas. A lei continha cláusulas rigorosas que incluíam multas e exigência de atestado de vacinação para matrículas nas escolas,

acesso aos empregos públicos, casamentos e viagens, além de permitir que os profissionais adentrassem nas residências para vacinar os moradores. A aprovação desta lei, naquela época, foi precedida de muitos debates e denominada como “Código de Torturas” pela população. Evento este que serviu de estopim para mobilização de antivacinistas, militares e civis monarquistas, positivistas, sindicatos, elites políticas, setores da população urbana, cada grupo com os seus próprios motivos para lutarem contra esta imposição do governo. A partir destas mobilizações, entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904, estourou na cidade do Rio de Janeiro, a “Revolta da Vacina”, que gerou dura repressão aos revoltosos, prisões e deportações^(7,8).

Ao relacionar as práticas antigamente realizadas como forma de contenção da varíola com os conceitos de antropologia no vocabulário atual de saúde pública, percebe-se que foram realizadas tentativas organizadas de influenciar o pensamento, a motivação, o comportamento humano e o ambiente em que ocorre tal comportamento. Estas práticas são denominadas intervenções, e pesquisa interventiva é o seu próprio domínio⁽³⁾.

Ao pensar no contexto histórico-político do país em 1902 e o contexto atual. Nota-se que ainda são reproduzidas algumas práticas que levaram a Revolta da Vacina antigamente, só que de outra forma. Antigamente não se discutia saúde pública

nos modelos que nos norteiam atualmente, mas sim em um modelo sanitarista, centralizado na doença, sem importância da participação popular. Hoje em dia, as práticas de exigência de cartão de vacinação atualizado para inclusão em escolas e empregos, programas de auxílios do governo, a prática da vacinação domiciliar ainda é reproduzida, valorizando a cultura da vacinação.

CONCLUSÃO

A história das intervenções de saúde pública fornece uma variada lista de problemas e remédios propostos, desde a remoção da sujeira até a imunização, eliminação da pobreza e redução da desigualdade. A medida que os epidemiologistas foram se desenvolvendo e se mostraram mais focados na quantificação dos riscos à saúde, também passaram a se dedicar a cada vez mais, elaborar programas para reduzir tais riscos, reformulando assim, a cultura da saúde. Como exemplo do desenvolvimento destas intervenções, a erradicação da varíola veio como oportunidade para a constituição de um Programa Nacional de Imunização e um Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica^(1,3,9).

Sendo assim, movimentos sociais e a organização da sociedade provocam uma mudança cultural das políticas públicas de saúde reformulando ideias, condutas e intervenções para melhor atender a sociedade. ■

REFERÊNCIAS

1. Martin, D. *Natureza e Cultura: Ferramentas Teóricas para a prática da Enfermagem*. In: Nakamura, E. Martin, D e Santos, J.F.Q. (Orgs.) *Antropologia para Enfermagem*. Barueri: Manole Editora; 2009.
2. Lévi-Strauss C. *O etnólogo perante a condição humana*. In: *O Olhar distanciado*. Lisboa: 70; 1983.
3. Trostle, J. *Epidemiologia e cultura*. Tradução: Vera de Paula Assis. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.
4. Tylor, Edward Burnett. *Encyclopædia Britannica*. XXVII XI ed. New York: Encyclopædia Britannica; 1832. p. 498.
5. Locke J. *Ensaio acerca do entendimento humano*, Rio de Janeiro: Nova Cultura Editora; 1999, p.29.
6. Tylor EB, DCL, LLD, FRs. *Primitive Culture. Reserches into the development of mytology, philosophy, religion, language, art, and custom*. Vol. 1. London; 1920.
7. Hochman G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs; 1998.
8. Hochman G. *Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre Saúde Pública e Construção do Estado (Brasil 1910-1930)*. *Estudos Históricos*. 1993; 6(11):40-61.
9. Hochman G. *Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil*. *Ciênc. saúde coletiva*. 2011 fev; 16(2):375-386.